SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Jornal do Judiciário

www.sintrajud.org.br

FENAJUFE
CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Quarta-feira, 14 de março de 2012 | JJ 446 | 13.000 exemplares | **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP** *| Tel.: (11) 3222.5833*

COMEÇA A JORNADA DE LUTAS

Dia 28 de março acontecerá a Marcha Unificada dos Trabalhadores Públicos Federais contra a política de arrocho salarial imposta pela presidente Dilma Rousseff. Será um ponto alto da campanha que tem mobilizado os trabalhadores públicos de diversos setores em todo o país.

Realizar uma grande manifestação na capital federal será muito importante para demonstrar ao governo federal que não aceitamos o congelamento salarial. Mas o que temos sentido na pele é que a mesma prática de congelamento está sendo implementada nos diversos locais de trabalho, trazendo graves consequências para nós.

Entre elas estão a precarização das condições de trabalho e o aumento dos casos de assédio moral. Como você verá na página 07, há graves denúncias no TRF-3 e na JF, como também na JT.

Nacionalmente, estamos nos organizamos com os demais setores do funcionalismo para enfrentar a política de arrocho salarial. É importante que também nos organizemos nos locais de trabalho, para levantarmos os problemas de cada um deles. Por isso, nos próximos dias a categoria realizará assembleias setoriais com este objetivo; o calendário está na página 07.

Na página 03, demonstramos as consequências das más condições de trabalho no TRE, onde, na capital, uma parte do teto desabou quase atingindo os trabalhadores do setor. Na mesma página falamos sobre a luta dos Oficiais de Justiça de Osasco, cidade onde a central de mandados pede socorro.

No próximo sábado, dia 17 de março, o Coletivo de Formação do Sintrajud realiza o seminário A mulher trabalhadora e o Poder Judiciário. Todas as informações sobre o evento estão na página 04, bem como a cobertura do Dia Internacional de Luta da Mulher, 08 de março.

Entre as tarefas da Campanha Salarial Conjunta está o seu lançamento aqui em São Paulo. Ele vai acontecer no dia 15 de março, em frente ao TRF-3. Mais informações você lerá na página 05. Nela também está a cobertura da reunião das entidades dos trabalhadores públicos federais com o novo secretário de recursos humanos do ministério do Planejamento.

Na página 06 você terá as informações sobre a convocação da atividade em defesa da previdência pública, que será realizada dia 22 de março na capital. Também poderá ler sobre o seminário, realizado pela CNESF, sobre previdência pública e direito de greve.

Na página 08, você lerá trechos de uma rica entrevista com Maria Lúcia Fattorelli - coordenadora do movimento auditoria cidadã da Dívida e uma das maiores especialistas do tema Dívida Pública no país - sobre o pequeno e ruim crescimento do Brasil.



Joca Duarte

Dia 15, 12h, em frente ao TRF-3 - ato conjunto do funcionalismo marca a jornada nacional de luta

Dia 17, das 9h às 14h - Sintrajud realiza o seminário sobre A mulher trabalhadora e o Poder Judiciário

11.10.2011 - Assembleia dos 1.000 em frente ao TRF-3

IMPOSTO SINDICAL

Sintrajud é contrário a cobrança do Imposto Sindical e prepara a devolução da parte que recebe

O imposto foi criado para atrelar os sindicatos ao governo e patrões

O Sintrajud, desde que o Conselho da Justiça Federal deferiu a ação da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) determinando a cobrança compulsória do Imposto Sindical, se colocou contra essa decisão.

A cobrança é ilegítima e deve ser vista como uma afronta aos trabalhadores. O Imposto Sindical se torna um ataque ainda maior, quando parte desse dinheiro é entregue à entidades que não têm nenhuma representatividade na base, como é o caso das confederações.

Um sindicato forte e independente de governos e patrões se constrói com a contribuição voluntária de seus associados. Não aceitamos contribuições que são impostas aos trabalhadores, sem respeitar a sua vontade e convencimento. Por isso, é que devolvemos a parte que fica com o sindicato, 60%.

Não podemos aceitar atrelamentos financeiros que se tornam "moedas de barganha", entre governo e centrais sindicais, quando estão em jogo os direitos e as reivindicações dos trabalhadores. Assim como tem feito a CUT e a Força Sindical, as maiores beneficiadas com o recolhimento do Imposto Sindical. O recolhimento representa um dia de trabalho do trabalhador. A sua distribuição é feita da seguinte forma: sindicato (60%), Federações (15%), Centrais Sindicais (10%), Ministério do Trabalho (10%) e Confederações (5%).

Processo para devolução

O Sintrajud é contra esta cobrança compulsória e irá devolver a parte que recebe: 60%.

Para que o sindicato efetue a devolução de sua parte do Imposto Sindical, o TRF-3 e a JF precisam informar os nomes dos trabalhadores, os valores descontados e repassar o dinheiro correspondente ao sindicato. Pela legislação, o tribunal e a JF tem até o dia 30 de abril para passar as informações, e somente após esse trâmite será iniciada a devolução.

Getúlio Vargas determina cobrança do Imposto Sindical para controlar os sindicatos

O Imposto Sindical nasceu em 1939 e foi regulamentado pelo Decreto Lei 2377, de 08 de julho de 1940, incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Na época o funcionalismo havia ficado de fora, porque o governo proibia a sindicalização dos trabalhadores desse setor. Só em 1970, através de muitas lutas, que as antigas associações assistenciais de classe começaram a se transformar em sindicatos. Em 1988, as entidades de classe dos trabalhadores do funcionalismo foram reconhecidas.

Em março de 2008, o ex-presidente Lula sancionou a lei 11.648 legalizando as centrais sindicais, bem como o repasse do IS para as centrais sindicais. Em outubro de 2008, o então ministro do Trabalho, Carlos Lupi baixou a Instrução Normativa 01/2008, determinando a cobrança do imposto sindical dos trabalhadores do funcionalismo público.

CSP Conlutas não aceita receber o Imposto Sindical

A Coordenação Nacional da CSP Conlutas, mesmo tendo o direito de receber devido à legalização, não irá receber o Imposto Sindical. Esta decisão foi tomada já em sua fundação, e referendada pelos trabalhadores no último congresso.

Assim como para o Sintrajud, a Coordenação Nacional da CSP Conlutas consideram o recebimento do IS, um mecanismo de atrelamento ao governo e aos patrões, eliminando a independência de qualquer organização.

O imposto rende um "filão" de R$ 102 milhões para centrais sindicais

Apenas sete centrais sindicais brasileiras dividem entre si, um filão mais de R$ 100 milhões. E pior, sem a necessidade de prestar contas do que faz com o dinheiro dos trabalhadores.

As centrais sindicais que recebem o Imposto Sindical têm ajudado o governo Dilma Rousseff, na implementação das políticas de ataque aos trabalhadores, tanto da iniciativa privada como pública. Por isso dizemos que esse repasse é um presentão.

Em 2010, as seis centrais receberam 20,8% mais que em 2009, quando já tinham colocado em seus cofres 21,6% mais que em 2008, ano em que os repasses começaram. Ao todo, as seis centrais - CUT, Força Sindical, UGT, NCST, CTB, CGT e CGTB - receberam R$ 246,2 milhões do governo nos últimos anos.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), com 2 mil sindicatos, e a Força Sindical, com 1,5 mil, são as maiores receptoras: embolsaram R$ 31,9 milhões e R$ 28,9 milhões, respectivamente, no ano passado.

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

"SUPLÍSÍDIO" OU PCS JA?

Rodrigo C. de O Tietzmann

Caros companheiros e companheiras, espero que quando você estiver lendo este ensaio, ele esteja anacrônico e o nosso PCS já tenha sido aprovado. É preciso conscientizar algumas alas da categoria, de que o Subsídio é coisa do capeta! Vamos ver o porquê: Observem o que o governo tem feito em prol da categoria até agora: Estamos há um bom tempo sem aumento, enquanto isso, os impostos, os preços dos alimentos, das roupas, da condução, dos planos de assistência, enfim, de tudo, sobem. Quantas vezes o governo negou aumento para o Judiciário nestes últimos anos e quantas vezes fará isso de novo, para salvaguardar seus interesses?O Judiciário é independente dos outros poderes, e além disso, não recebe o mesmo bom tratamento que dá a eles! Pois bem, é inadmissível a aceitação da violência simbólica que o governo faz com o Judiciário, através de argumentos ideológicos pejorativos que frustram o nosso direito legítimo de reajuste, que vem sendo substituído pelos aumentos salariais sucessivos de uma choldra pré estabelecida.

Há de se convir de que o liberalismo veio pra ficar, pois se por um lado temos uma direita com o discurso tão ruim e de tendências totalitárias que acaba por eleger a esquerda neoliberal de tendências igualmente totalitárias da situação, por outro, temos uma esquerda na situação, que estaria melhor na condição de oposição, pois apesar de ter acumulado força em decorrência das repressões, acaba por ceder à interesses obtusos à sua origem camponesa. Isso só pode ser "clientelismo intersubjetivista"! Precisamos dar um basta a isso tudo! Se não há oposição a isso tudo, estaremos fadados a um governo de situação sem limites, que culminará em um totalitarismo com precedentes nos séculos XIX e XX. Então, a estratégia do governo é lançar o Subsídio, e, se vem do governo, coisa boa não é, e enquanto ele causa maiores expectativas, semeia discórdia na categoria, que entibiada, perde um pouco da sua força.

IDEIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica SIlva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos/SP - Cep: 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - E-mail: sintrajudsantos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Telefones: (11) 3392-3728 / 3525-9672 / E-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Diego Plenamente | **Tiragem:** 13.000 exemplares

Reunião dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, dia 15, discutirá a pauta de reivindicação do setor

Além das questões administrativas, a categoria também discutirá sua participação e intervenção na XVII Plenária Nacional da Fenajufe.

O segmento dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais conquistou uma vitória histórica este ano. A pressão sobre a administração do TRF-3 foi fundamental para garantir a unificação da central de mandados.

Após conquista agora o segmento realiza sua primeira reunião este ano, que acontece no próximo dia 15, às 14h30, no auditório do Sintrajud, na Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar.

Várias questões administrativas farão parte do debate: a Central de Mandados da Criminal (Resolução 462 do TRF-3 e seus desdobramentos); Aposentadoria Especial; Porte de Arma; Indenização de transporte atualizada; XVII Plenária da Fenajufe, dias 04, 05 e 06/05/2012, em São Luís; COJAF; Central de Mandados de Osasco e ABCD; Isenção de IPVA para Oficiais de Justiça; Estacionamento "Zona Azul"; Avaliação da Greve e Participação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, entre outros pontos de interesse do segmento.

Todos os Oficiais de Justiça estão convidados para a reunião. Somente com a participação ativa de todos avançaremos rumo às nossas conquistas, assim como a Unificação da CEUNI.

CENTRAL DE MANDADOS DE OSASCO PEDE SOCORRO!!!

A situação em que trabalham os Oficiais de Justiça da Central de Mandados de Osasco demonstra que há um verdadeiro sucateamento do serviço público, principalmente no que diz respeito ao excesso de trabalho para a execução das ordens judiciais. Desespero e drama são palavras que definem bem a situação dos Oficiais de Justiça daquele local de trabalho.

A subseção de Osasco possui uma extensão territorial de 554,167 km2 e uma população de aproximadamente 1,7 milhão de habitantes, conforme dados do IBGE das cidades que compõem a subseção de Osasco (que engloba também os municípios de Carapicuíba, Barueri, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Jandira e Itapevi). Há apenas seis Oficiais de Justiça para quase cerca de 1.000 mandados que são expedidos mensalmente pelas duas Varas e pelas Varas Gabinetes do JEF, como demonstram dados estatísticos de fevereiro de 2012.

Com a distribuição finalizada nas duas Varas Federais de Osasco dos processos de execução fiscal, cerca de dezesseis mil processos, a Central de Mandados recebe um volume muito superior à capacidade do quadro definido em Resolução para que esses Oficiais consigam dar conta do excesso de trabalho.

Como se não bastasse a irregularidade na numeração dos imóveis, o que gera inevitavelmente diligências demoradas e a necessária pesquisa juntos aos habitantes locais, na tentativa de localização de imóveis e jurisdicionados, o grande número de áreas livres e a quantidade de municípios que fazem parte da jurisdição, os seis Oficiais cumprem uma carga de mandados muito acima da média em comparação com as outras subseções, conforme estudo estatístico que o SINTRAJUD e a ASSOJAF-SP levarão ao conhecimento da Administração do TRF3.

No dia 24 de fevereiro, a ASSOJAF-SP esteve presente na CM de Osasco, representada pelos Diretores Ronaldo Barbuy, Fabiano Righ e Adriana Machado, juntamente com o representante do SINTRAJUD Diretor Erlon Sampaio, em reunião com os Oficiais de Justiça daquela Subseção. Foram ouvidos os relatos e anotados os dados para levantamento de todos os problemas que fazem da CM de Osasco, atualmente, o pior lugar para o cumprimento de atos processuais de natureza externa, ante a insuficiência no quadro de Oficiais de Justiça.

Recentemente, o TRF3 editou a Resolução 461/2012, que dentre outros atos, transferiu alguns cargos de Oficiais de Justiça para algumas subseções, não que tenhamos apoiado essa medida, mas surpreendente e inexplicavelmente, não considerou a situação da subseção de Osasco, que sabidamente está com o quadro muito defasado. Isso levou os Oficiais ao desespero, pois a situação está insustentável em Osasco e há um drama muito preocupante nesse segmento.

É fato que, em razão de cargas semanais de trabalho muito superiores à possibilidade de cumprimento, já que não foram implementadas cotas ou limites às varas, os Oficiais de Justiça de Osasco estão com um grande número de mandados acumulados. Isso gera uma situação preocupante para os Oficiais, no sentido de terem que responder administrativamente por uma demora no cumprimento de ordens judiciais, que poderão estar fora dos prazos por razões alheias à vontade desses colegas, apesar de seus esforços constantes.

A permanecer a situação como está, a maioria dos Oficiais de Osasco, inevitavelmente, poderá ficar doente, pois sofrem muito com as condições de trabalho. Os Oficiais de Osasco já não têm vida familiar ou social, pois trabalham aproximadamente 10/12 horas por dia e realizam diligências ou ainda certificam os mandados cumpridos em finais de semana.

Vale dizer que dos seis oficiais inicialmente lotados, dois foram relotados e outros quatro solicitaram desde o ano passado relotação para varas novas a serem inauguradas e antigas. O problema é que segundo norma do TRF da 3ª. Região, os mesmos não podem ser relotados antes de três anos para nenhuma outra Subseção ou Central onde exista Vara antiga, mesmo na possibilidade de haver vaga. Essa situação se agrava na ausência de vigência de concurso para Oficias de Justiça Avaliadores Federais.

"O excesso de trabalho e as condições são tão ruins que ninguém quer permanecer naquela subseção ou ser lotado lá" disse Erlon Sampaio, Coordenador do núcleo dos Oficiais e Diretor do SINTRAJUD.

Com a perspectiva de piora da situação e diante do quadro preocupante, a ASSOJAF-SP e o SINTRAJUD pretendem cobrar da Administração para buscarem soluções e, em último caso, envolver toda a categoria e outras instâncias nessa luta.

Parte do teto do protocolo geral do TRE-SP desaba

e por pouco não atinge trabalhadores

"Foi sorte não ter atingido ninguém!", disseram trabalhadores do local, enquanto olhavam estarrecidos o buraco no teto que desabou. Sindicato cobra explicações.

Por Juliana Silva

Trabalhadores do protocolo do maior Tribunal Eleitoral do país por muito pouco não foram vítimas, no último dia 5 de março de uma tragédia. Um rompimento no encanamento hidráulico causou um vazamento sobre as placas que cobriam o teto, que desabou no meio do expediente. Esse setor havia passado por uma reforma no final do ano passado.

Os trabalhadores relataram que minutos antes do teto desabar, pingos d'água começaram a cair sobre uma mesa. Assustados, se retiraram da sala. Não demorou para que parte do telhado desabasse, caindo, inclusive, em cima da mesa onde havia pessoas trabalhando pouco antes.

Doze pessoas estavam na sala momentos antes do teto cair, relatou um dos trabalhadores do setor, que disse não ter nenhuma informação de como seriam os próximos dias. "Apenas fomos dispensados no dia de hoje, amanhã voltaremos sem saber para onde ir", relataram alguns trabalhadores ainda assustados.

O coordenador de Serviços e Segurança, Emerson Palaia, não soube informar a previsão do retorno dos trabalhos e nem a causa do acidente. No andar de cima do protocolo, o refeitório, que passou por reformas e construção de banheiros, cuja conclusão da obra seria feita na segunda-feira (5), não pôde ser inaugurado devido ao rompimento do encanamento hidráulico.

Com o desabamento do teto para sanar a água que se espalhou, inclusive pelo saguão, o registro geral foi fechado e todos os setores ficaram sem água. Segundo o setor de Obras do próprio Tribunal, há uma reivindicação dos trabalhadores para que sejam instalados registros de água a cada 2 andares. Hoje há um registro que comporta todo o encanamento hidráulico do prédio que tem 15 andares.

Na semana passada o diretor do Sintrajud Adilson Rodrigues foi ao tribunal para conversar com os trabalhadores. Lá verificou que os servidores do protocolo geral estavam dividindo a sala com o pessoal do arquivo geral, "protocolo é porta de entrada", ponderou.

Esse é mais um caso que revela o descaso da administração do TRE para com os trabalhadores. "O sindicato vai acompanhar junto à administração a realocação do setor, e exigirá do presidente do TRE, Alceu Penteado Navarro, plenas condições de trabalho", afirmou Adilson.

Jesus Carlos



05-03-12 Parte do teto do protocolo geral do TRE desabou

SEMINÁRIO

A mulher trabalhadora e o Poder Judiciário, dia 17, das 9h às 14h, no auditório do Sintrajud

O Coletivo de Formação e Luta Contra a Opressão organiza seminário em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. O evento acontecerá no dia 17 de março, das 9h às 14h, no auditório do Sintrajud, localizado na Rua Antonio de Godoy, nº 88, 15ª andar.

O objetivo da atividade é primeiro trazer essa discussão para as atividades do sindicato e depois contribuir para que possam reflitam sobre o papel da mulher trabalhadora na sociedade capitalista, onde além da exploração ela ainda sofre com outras formas de opressão e preconceito.

Neste sentido, a entidade também quer contribuir para a organização das mulheres da categoria para que, além da luta salarial, elas lutem por direitos específicos.

Serão quatro debatedoras que discutirão diversos assuntos relacionados à luta cotidiana das mulheres trabalhadoras.

Thaís de Souza Lapa - "Aborto e Religião nos Tribunais". Mestranda em Sociologia pela USP, pesquisadora nas áreas de direitos sexuais e reprodutivos e divisão sexual do trabalho, coautora do livro Aborto e Religião nos Tribunais Brasileiros. É integrante do Cladem-Brasil (Comitê Latino Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher).



Kátia Sales - abordará a "Autoestima x Coisificação do Corpo da Mulher". Ela é estudante de Direito, Membro da Executiva do Movimento Mulheres em Luta e do Coletivo Nacional de Mulheres do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Jane Barros – vai falar sobre "A luta pelo fim da violência contra a mulher – desafios e perspectivas". Militante feminista faz parte da Frente Nacional pela legalização do aborto, compõe o Fórum Estadual pelo fim da violência contra a mulher no Rio de Janeiro e do Coletivo de Mulheres do PSOL.

Sandra Fortes – debate a "Questão racial". Sandra é membro do Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos, Ilaese.

Organizado pelo coletivo de formação e luta contra a opressão/ Sintrajud o evento também conta com o apoio Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – Fenajufe; Central Sindical e Popular – Conlutas; Tribunal Popular, Revista Crítica do Direito e Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo.

Os interessados em participar poderão realizar sua inscrição até o dia 16/03, na Secretaria do sindicato pelo telefone (11) 3222-5833.

Dia Internacional de Luta das Mulheres foi marcado por protestos e críticas ao governo Dilma Rousseff

Na maioria das intervenções as críticas a 1ª presidente mulher do país se repetiam: "Dilma não basta ser mulher, é preciso governar para a classe trabalhadora!"

Por Juliana Silva

As principais ruas do centro de São Paulo foram tomadas por mais de 4 mil mulheres, entre estudantes, professoras, sindicalistas, militantes feministas, trabalhadoras do campo e da cidade, em manifestação no dia 8 de março, "Dia Internacional de Luta das Mulheres".

O ato iniciou na Praça da Sé, em seguida saiu em marcha pelo Centro, com intervenções que buscavam dialogar com a população lembrando que o 8 de março, não é uma data de festa para se ganhar flores e bombons, mas sim, denunciar o machismo, a violência contra a mulher, a diferença salarial, a falta de creche, a falta de casa abrigo, exigir a descriminalização do aborto, entre outras reivindicações.

O ato unitário contou com a participação de vários movimentos de mulheres, entre eles o Movimento de Mulheres em Luta e a Marcha Mundial de Mulheres, de centrais sindicais como CSP-Conlutas e CUT, de partidos políticos como PSTU, PSOL, PCB, PT, PCB e algumas centenas de movimentos sociais e sindicatos.



08-03-2012 Ato do Dia Internacional da Mulher

Movimento de Mulheres em Luta da CSP-Conlutas

O Movimento de Mulheres em Luta, da Secretaria de Mulheres da CSP-Conlutas, representada por Camila Lisboa, em sua intervenção lembrou, a ação violenta e criminosa que aconteceu no dia 22 de janeiro, contra os moradores do Pinheirinho e, especialmente, contra as mulheres que eram a maioria daquela população. Camila falou também dos dois casos de estupros feitos por policiais militares, denunciados pelas mulheres da ocupação.

Camila criticou a postura da presidente Dilma Rousseff quanto à ação de despejo: "Dilma não basta apenas se indignar, é preciso desapropriar o terreno e devolvê-lo aos moradores do Pinheirinho". Ainda ressaltou que a data não é para ser comemorada: "Estamos aqui para lembrar que hoje é um dia de luta, não de comemoração. Mesmo com uma mulher presidente não temos garantidos nossos direitos. Exigimos creches, moradia, saúde e educação para todas as mulheres. Não basta ser mulher é preciso defender os interesses dos trabalhadores", concluiu.

A luta no campo e na cidade

A primeira parada da marcha foi em frente do Tribunal de Justiça de São Paulo, marcando a unidade da luta das mulheres do campo e da cidade.

A assentada Kelly representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- (MST) falou sobre a intervenção do Judiciário na luta direta dos trabalhadores rurais. "A maioria das ações com pedido de posse da terra estão parados no Judiciário, este poder não ajuda na política de Reforma Agrária". E ressaltou, "não podemos aceitar a violência contra as ocupações nem mesmo quando tenha sentença em vigência", criticando as ações violentas de reintegração de posse determinadas por juízes.

Representando as mulheres do Pinheirinho, a coordenadora dos moradores Jéssica Mereira, lembrou o dia 22 de janeiro quando, a polícia entrou no Pinheirinho às 5 horas da manhã, jogando bombas de gás lacrimogêneo por helicópteros e por terra. A moradora falou da ação de desapropriação tendo como uma das responsáveis pela brutalidade uma juíza. "Os moradoras estavam lá há quase oito anos, tinha mais de 1800 famílias e na sua maioria mulheres, e a juíza Márcia Loureira numa ação bruta, determinou nossa saída", criticou.

A luta por creche

A segunda parada da marcha foi em frente à Prefeitura Municipal de São Paulo. Lá as mulheres criticaram o prefeito Gilberto Kassab, devido à falta de política social e em particular a falta de creches, "174 mil crianças de São Paulo estão fora de creches", criticaram as manifestantes.

Avaliação do governo Dilma Rousseff

Nas intervenções não faltaram críticas também ao governo Dilma Rousseff, e à falta de aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, contra o corte de orçamento no programa de combate à violência, contra a MP 557 (criação de um cadastro nacional de mulheres grávidas, para o acompanhamento da situação dessas mulheres, por parte do Ministério da Saúde). Na avaliação dos movimentos feministas, esta MP serve apenas como "um cadastro de perseguição as mulheres suspeitas de aborto", criticaram.

Outras intervenções também criticaram a política de cortes no orçamento do governo federal, que atinge principalmente as áreas de saúde, educação, moradia, além do não cumprimento da meta de construção de novas creches.

Na avaliação da ex-diretora do Sintrajud e diretora da Fenajufe, Ana Luiza Gomes, que participou da marcha, com a presidente Dilma Rousseff no governo as mulheres ainda não tem nada a comemorar, "Nós (mulheres) não temos nada a comemorar apesar de termos uma presidente da república mulher. As medidas que a presidente tem tomado até hoje com o corte de recursos para o serviço público, corte no programa de combate à violência contra a mulher, na saúde, na educação e em creches, só tem deixado as mulheres cada vez mais sem direitos", afirmou.

A dirigente sindical também falou dos ataques as mulheres do serviço público, como "as mudanças da aposentadoria das trabalhadoras do funcionalismo, que nos deixa cada vez mais sem condições dignas de trabalho e de sobrevivência. Então nada a comemorar e tudo a exigir", conclui.

Pela valorização do ensino

A marcha encerrou o ato em frente à Secretaria de Educação de São Paulo, com a palavra de ordem "da copa eu abro mão, eu quero o PIB para a educação!".

Não faltaram críticas contra a política de sucateamento da educação pública, promovido pelo governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin.

As professoras do estado presentes no ato alertaram para os problemas que a categoria vem enfrentando com o governo, "são demissões, perda salarial e de direitos". Ressaltaram que os ataques afetam os docentes e a população que necessita da escola pública.

"É a política de desvalorização para justificar a privatização", ressaltou a professora Ana Paula Pascarelli, da diretoria da Apeoesp (Oposição alternativa) que leciona na escola Elizabete Simões Mesquita, no bairro da Brasilândia. Falou também da política de avaliações de meritocracia e desempenho para alunos e professores através de PPP´s (Sistemas de avaliações externos, apostilas e materiais de editoras sem consulta à categoria), como mais um dos ataques do governo estadual.

A política do PSDB em São Paulo, de desmoralização e precarização, destrói a categoria de conjunto. "Profissão majoritariamente de mulheres, somos nós (mulheres) as principais vítimas destas medidas", criticou.

Ato conjunto do funcionalismo marca a jornada nacional de luta, dia 15, às 12h, em frente ao TRF-3

Ataques ao funcionalismo público precisam ser barrados!

Em 2011 enfrentamos uma dura campanha salarial marcada pela intransigência do Governo Dilma, que se recusou a abrir negociações para atender as reivindicações do funcionalismo. Inexiste por parte do governo uma política salarial capaz de dar conta das demandas do conjunto dos trabalhadores do serviço público.

Além disso, nos deparamos com projetos de lei do governo, que ameaçam conquistas históricas dos trabalhadores. Foi aprovado na Câmara dos Deputados, por exemplo, o PL 1992/07, que acaba com a aposentadoria integral e leva à privatização da previdência no setor público. Este projeto agora tramita no Senado e precisa ser barrado!

Nós, servidores, estamos submetidos às condições de trabalho cada vez mais precárias: péssima estrutura dos prédios públicos, escassez de treinamento e políticas de capacitação, carência de pessoal devido à ausência de concurso público, aumento das denúncias de casos de assédio moral, falta de política adequada para segurança e a saúde ocupacional dos servidores, etc.

Enquanto a União bate sucessivos recordes com a arrecadação de impostos, que deveriam proporcionar maiores investimentos para melhorar os serviços prestados à população, o Governo Federal anuncia o maior corte no Orçamento já realizado na história do país, algo na ordem de R$ 55 bilhões.

Dilma impõe medidas recessivas, incluindo cortes em áreas sociais fundamentais, para continuar privilegiando o pagamento dos juros (os mais altos do mundo) e amortização da dívida pública aos banqueiros internacionais e nacionais, que de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, já compromete 47,1% de todo o orçamento da União para 2012. Além disso, o governo segue investindo, em medidas de incentivos fiscais aos grandes empresários.

Mas e os trabalhadores?

Os cortes anunciados reforçam a intenção do governo de não conceder reajustes salariais e manter o congelamento dos salários no setor público, ou seja, prejudicam os servidores e os serviços públicos prestados à população, para beneficiar a especulação financeira.

Com a falta de uma política de reposição das perdas nas remunerações dos servidores públicos, os salários ficaram bem defasados nos últimos anos. As perspectivas este ano também são bastante duras, já que o governo tem dito que reajustes, se concedidos, só valerão para 2013.

Diante dessa realidade, só resta aos servidores construir uma forte mobilização, que faça o Palácio do Planalto deixar a intransigência e negociar efetivamente com a categoria. É necessário buscar a unidade na luta para construir um movimento forte e amplo, que demonstre todo o descontentamento dos servidores e arranque do governo um reajuste digno.

Por isso nos dirigimos a você, colega de serviço público, para falar da necessidade de construir uma grande luta unificada pela derrubada de leis e projetos que prejudicam os serviços públicos.

Convidamos você, colega servidor, para que façamos dessa, uma luta de todos!

Preparamos uma carta aberta à população explicando os problemas que estamos enfrentando. Esta carta será distribuída no dia 15/03, das 12 às 14 horas, na Avenida Paulista, 1842 – em Frente ao TRF de São Paulo. Levaremos faixas e cartazes!
Junte-se a nós!
Além disso, concentraremos todos os esforços para realizar uma Grande Marcha à Brasília no dia 28/03

NA CAMPANHA SALARIAL EM 2012 DEFENDEMOS:

- Definição de data-base (1° de maio)
- Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- Retirada dos PLP´s, MP´s, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Reajuste dos benefícios

Servidor valorizado = Serviço público eficiente

Coordenação Estadual de Entidades do Funcionalismo Público Federal de São Paulo

Na 1ª reunião, trabalhadores cobram do governo negociação 'pra valer' e rapidez nas respostas

Sérgio Mendonça é apresentado como interlocutor do governo Dilma com os trabalhadores, que defendem pauta unificada e avisam que 'reajuste zero' levará à greve geral do setor

Por Hélcio Duarte Filho

Após o fiasco do resultado para os trabalhadores da mesa firmada com o governo federal no ano passado, os trabalhadores públicos federais iniciaram as conversas com o recém-empossado secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, pressionando por um calendário que apresente resultados concretos num curto espaço de tempo e que as negociações com o fórum unificado constituído pela categoria sejam 'de verdade'. Também informaram ao novo interlocutor do governo que o setor trabalha com uma agenda de atividades que prevê manifestações, marchas e que pode chegar à greve geral dos serviços públicos federais.

A reunião de apresentação do secretário, que substitui Duvanier Paiva Ferreira, morto no início do ano após suposta omissão de socorro por dois hospitais particulares de Brasília, ocorreu na tarde de quarta-feira (7), na sede do Planejamento, na Esplanada dos Ministérios. Ex-dirigente do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas), Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça já ocupou a secretaria de Recursos Humanos no governo Lula. Participaram da reunião, que foi além de um encontro de apresentação e durou três horas e meia, representantes das 30 entidades que compõem o Fórum Nacional dos Servidores – dentre eles dirigentes da Fenajufe, a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal.

Ficou definido que as negociações vão girar em torno dos sete pontos centrais apresentados pelos trabalhadores públicos na pauta entregue em janeiro ao governo: Definição de data-base (1° de maio); Política salarial permanente com reposição inflacionária; Valorização do salário base e incorporação das gratificações;Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados; Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores, com retirada dos projetos, medidas provisórias e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas; Reajuste dos benefícios. O primeiro tema a ser tratado será a política salarial, o que acontecerá na próxima reunião, marcada para 14 de março, quarta-feira.

Pauta geral é prioridade

Os trabalhadores frisaram que querem a conversa centrada na pauta unificada da categoria. Disseram que negociações específicas podem naturalmente acontecer, mas a mesa geral é o que está pautado como prioridade pelas entidades. No ano passado, o então secretário Duvanier Ferreira chegou a ameaçar só participar de negociações específicas com segmentos do funcionalismo. Os sindicatos querem evitar que isso se repita. "Dissemos a ele [Sérgio Mendonça] que no ano passado o reajuste foi zero e que houve um momento em que o Duvanier bateu na mesa e disse que só negociava questões específicas. Este ano não queremos que isso se repita e vamos até o fim. Eles [o governo] podem romper com a pauta geral, mas nós não", relata o trabalhador Paulo Barela, que participou da reunião representando a CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). "Até porque sabemos que as negociações específicas [isoladamente] não vão resolver nada", justifica.

No primeiro encontro, dirigentes sindicais e Planejamento fizeram as considerações iniciais sobre os sete pontos da pauta e debateram a metodologia e o calendário das reuniões. O secretário repetiu a retórica do governo Dilma Rousseff quanto às dificuldades em estabelecer uma política salarial geral e tratar de reajustes imediatos, devido aos efeitos da crise econômica mundial. Disse não ver possibilidade de aumentos para esse ano porque o Orçamento está fechado. Neste aspecto, pontuou, o Planalto trabalha apenas com eventuais acordos que tenham efeito a partir do ano que vem. Essa posição do governo é mais enrolação, já que não há impedimento legal para eventuais emendas ao orçamento de 2012.

Aposentadoria e benefícios

Os trabalhadores expuseram a oposição da categoria a projetos que atacam direitos previdenciários, trabalhistas e sindicais do funcionalismo. O secretário disse que com a retomada das negociações, pode-se estabelecer um novo cronograma de debates e oficinas em torno destas propostas. "Dissemos a ele que não adianta fazer o debate se os projetos continuam tramitando [de forma acelerada] no Congresso", diz Manoel Crispim, servidor da Previdência e um dos representantes da CSP-Conlutas na reunião.

Mendonça disse que o governo pode até sinalizar para a base parlamentar que está debatendo determinados assuntos, mas se mostrou cético quanto às conversas em torno de certos projetos que tramitam no Congresso. E assinalou que não passa pela cabeça do Planalto a possibilidade de retirar a urgência do PL 1992/2007, projeto que privatiza a Previdência no serviço público federal e piora ainda mais a aposentadoria para os novos trabalhadores públicos federais. Mostrou-se mais otimista, no entanto, quando entrou em debate o sétimo item da pauta, que trata do reajuste de benefícios como auxílio-alimentação, auxílio-creche e plano de saúde – disse que o governo reconhece que estes itens estão defasados.

O tempo das negociações é importante e por isso os sindicalistas propuseram que sejam realizadas duas reuniões por semana. Disseram ainda que as negociações dos itens setoriais acordados no ano passado e que ainda estão em discussão precisam ser concluídas até o dia 30 de março. O secretário afirmou que a intenção do governo é cumprir tudo o que foi acordado, mas alegou ser difícil trabalhar com um prazo que qualificou de muito curto. Sobre os sete itens da pauta, disse que o prazo máximo que o Planalto trabalha é 31 de agosto – que, argumentou, seria a data legal limite para incluir recursos na previsão orçamentária de 2013. "Ficou claro que ele quer [estender] as negociações, é a linha da negociação permanente", observa Barela.

O mais positivo, na avaliação de alguns representantes das entidades, foi o fato do interlocutor do governo ter reconhecido a legitimidade do Fórum Nacional dos Servidores e ter aceitado traçar um calendário de negociação que envolve os itens centrais da pauta unificada. O desafio agora, observam, é organizar nos estados a jornada de luta que vai de 12 a 16 de março, construir a marcha prevista para o dia 28 próximo em Brasília e pavimentar o caminho que possa levar a uma greve geral do setor como não se vê há muitos anos.

Seminário: "Previdência Social Pública", dia 22, às 9h, na Câmara Municipal de São Paulo, Salão Nobre

A Previdência do funcionalismo vem sendo atacada pelo governo federal e os trabalhadores precisam compreender o peso dessas medidas para poder barrá-las.

Para compreender as ofensivas do governo federal contra a Previdência dos trabalhadores, a Frente São Paulo em Defesa da Previdência Social Pública – PEC´s 555/06 e 270/08, convoca todos os trabalhadores do funcionalismo público, da ativa e aposentados, para o Seminário "Previdência Social Pública", que acontecerá no dia 22 de março, a partir das 9h, no Salão Nobre da Câmara Municipal, localizado ao Viaduto Jacareí, 100, 8º andar.

O seminário debaterá a Previdência Social Pública, a PEC 555 e os avanços da PEC 270, que agora tramita no Senado como PLC 5/2012.

A coordenação da Frente São Paulo é composta por dez entidades que representam os trabalhadores do funcionalismo público, entre elas o Sintrajud.

PEC 555/2006

Altera o artigo 4° da Emenda Constitucional 41/03, extinguindo gradativamente a cobrança de contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. Lembramos que a reforma da previdência de 2003 é considerado um dos maiores ataques contra os trabalhadores do funcionalismo público.

PEC 270/2008 agora PLC 5/2012 no Senado

Acrescenta o parágrafo 22 do artigo 40 da Constituição Federal para permitir aos trabalhadores públicos aposentados por invalidez, o direito aos proventos integrais com a paridade plena.

O projeto já foi aprovado na Câmara dos deputados e acabou de ser aprovado também na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A PEC tramita em regime de urgência e segue para dois turnos de votação no Plenário.

A tramitação e aprovação desta PEC foi fruto do trabalho da Frente São Paulo que atuou junto aos parlamentares. Foram audiências, trabalho de pressão ao Congresso Nacional e o mais fundamental, unidade dos trabalhadores de vários setores do funcionalismo, que juntos venceram mais esta batalha.



PROJETO ESTÁ NO SENADO

É possível impedir a Privatização da Previdência, afirmam trabalhadores

Toda a categoria é convocada a abraçar a luta para impedir a aprovação no Senado do projeto do governo que cria os fundos complementares privados; especialistas alertam que trabalhadores atuais também podem ser atingidos

*Por Hélcio Duarte Filho **

A vitória folgada do governo na votação do PL 1992/2007 na Câmara dos Deputados está longe de ter sido um ponto final na luta contra a privatização da Previdência. Os sindicatos não jogaram a toalha e prometem brigar muito para barrar o projeto que privatiza e cria o fundo complementar para os serviços públicos federais no Senado. É o que se conclui das resoluções e das posições defendidas na plenária nacional realizada em Brasília, no dia 3 de março.

"Temos que conseguir emplacar algumas emendas para que esse projeto volte à Câmara e a gente ganhe um fôlego", defendeu Lucieni Pereira, dirigente do Sindilegis, o sindicato dos servidores do Poder Legislativo federal, que vêm se debruçando sobre o assunto. Ela foi uma das palestrantes do seminário promovido pela coordenação nacional do funcionalismo (Cnesf) na véspera da plenária.

Para Júlio Tavares, dirigente sindical da área de seguridade e integrante da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), é possível deter o 'rolo compressor' do governo no Senado. Ele propõe ainda a propagação do tema em todos os estados e a criação de fóruns em defesa da Previdência, o que já começou a ser feito no Rio de Janeiro e em alguns outros lugares. "Temos que fazer grandes debates em São Paulo, Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, nos [demais] estados", defendeu durante a plenária de Brasília.

O sindicalista observa que a recente derrota da presidenta Dilma Rousseff no Senado, quando não conseguiu reconduzir um aliado à diretoria da Agência Nacional de Transportes, demonstra que a maioria que o Planalto possui no Congresso nem sempre funciona e pode ser abalada tanto por disputas políticas internas do governo, quanto por pressão da mobilização dos trabalhadores – ou pela combinação das duas coisas.

Aposentados também são convocados

A aposentada Maria Helena, do Judiciário Federal de São Paulo, avaliou ainda ser possível enfrentar o governo e brigar pela rejeição do projeto, mas destacou que para isso os aposentados também precisam se mexer. "No mundo todo você vê as pessoas [se mobilizando] por conta dos cortes nas aposentadorias. Nós somos muitos, [mas] nós estamos muito acomodados. E se a gente não acordar, a gente vai tomar pela frente essa reforma, que é a mais perversa de todas", alertou ao falar na plenária nacional, onde integrou a representação do Sintrajud.

A defesa da Previdência será um dos pontos centrais das manifestações nos estados previstas para o mês de março, que devem culminar com a marcha a Brasília no dia 28. Antes disso, no dia 19, representantes da categoria devem pressionar os senadores durante a audiência pública sobre o projeto prevista para acontecer no Senado.

Andes - SN



03-03-2012 Seminário sobre a Previdência promovido pela CNESF

Mudanças podem mexer com todos

Tanto na plenária quanto no seminário, não foram poucos os discursos que alertaram para o fato de que o projeto afetará não apenas futuros servidores, mas também mexerá com quem já está no atual regime previdenciário. "O projeto já prevê a forma de cálculo [para quem migrar do regime atual para o de fundo complementar]. Para chegar aos 400 mil participantes do fundo idealizados em até cinco, o governo não vai poder prescindir dos que já estão nos serviços públicos", alertou a professora Sara Granemann, coordenadora da Pós-Graduação do Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista no tema.

O docente Luis Henrique Schuch, diretor do sindicato nacional da categoria (Andes), disse que já se tenta criar na mídia um clima favorável à previdência privada e mencionou recente série de reportagens veiculadas no Jornal Nacional, da TV Globo. Avaliou, porém, que isso vai bem mais longe. "O governo vai precisar do jogo bruto, do terror", disse, referindo-se a futuras pressões sobre quem já está no serviço público e às ameaças ao direito adquirido e às 'expectativas de direito'.

O trabalhador do IBGE Paulo Barela, da coordenação da CSP-Conlutas, disse que os servidores precisam se dar conta de que o que está em jogo não são mudanças pontuais, mas alterações profundas na Previdência, que mexem com direitos históricos e que estão relacionadas a interesses de grandes grupos empresariais e à busca de saídas para a crise econômica que preservem os lucros dos capitalistas. "As medidas que são adotadas na Europa e nos EUA também servem para ser adotadas aqui. A lógica do PL 1992 cumpre um papel estratégico para o capital, que é tentar resolver a crise", constatou. "Temos que reagir, mas temos que reagir com unidade e com ação", defendeu.

**O jornalista esteve em Brasília cobrindo o seminário e a plenária nacional do funcionalismo, organizadas pela Cnesf.*

Assembleias setoriais discutirão pauta de reivindicação dos locais de trabalho

Além da luta pela Campanha Salarial Unificada, faremos assembleias setoriais, onde serão discutidas as pautas de reivindicações por local de trabalho.

Joca Duarte



10-11-11 Ato em frente ao Pedro Lessa

Nos próximos dias o Sintrajud fará uma rodada de assembleias por local de trabalho. A diretoria do Sintrajud pretende levantar junto aos trabalhadores os problemas específicos de cada local e reforçar o debate sobre a política salarial em curso.

Nas assembleias setoriais os trabalhadores poderão apresentar os problemas que os afetam ou a seus colegas de trabalho. Serão tratadas questões que vão desde uma cadeira não apropriada para execução da tarefa, que prejudica a saúde do trabalhador, até situações mais delicadas que precisem de uma maior intervenção por parte do sindicato.

Interior

Deixe suas reivindicações através do contato Fale Conosco no site www.sintrajud.org.br, descrevendo os problemas de seu setro/prédio. Após as assembléias, as reivindicações serão encaminhadas, em audiência, aos presidentes dos respectivos tribunais para as providências cabíveis.

VEJA O CALENDÁRIO E TRAGA AS SUAS REIVINDICAÇÕES

Dia 19 – Assembleia setorial do Fórum Cível Pedro Lessa, às 14h
Dia 20 – Assembleia setorial do TRF-3 (auditório), 13h
Dia 21 – Assembleia setorial Criminal e Previdenciário (saguão do 1º subsolo), às 14h
Dia 22 – Assembleia setorial na Barra Funda, às 18h
Dia 26 – Assembleia setorial no JEF (Juizado Especial Federal), às 14h

ASSÉDIO MORAL

Assediador, você será denunciado publicamente.

Categoria deve reagir contra os agressores

A luta contra a violência e o assédio moral tem que ser sistemática, e o sindicato tomará todas as medidas cabíveis para punir os agressores.



Por Juliana Silva

Muitos trabalhadores têm procurado o sindicato para denunciar praticas de assédio moral nos locais de trabalho. Para diretoria do Sintrajud é preciso banir essas ações violentas que massacram e humilham os trabalhadores.

O caminho é romper o silêncio, denunciando os assediadores para inibir suas ações; em contrapartida, o sindicato fará denúncias públicas contra os agressores, além de ações políticas e jurídicas.

Os trabalhadores dos tribunais, dos fóruns de 1ª Instância e cartórios eleitorais não podem se calar diante das práticas de violência e assédio moral que aumentam a cada dia. Além do assédio praticado por chefias e juízes, há também o institucional. São as pressões por metas impossíveis de serem cumpridas, nos mutirões, nas conciliações e correições, além da pressão infundada para compensação dos dias de greve, mesmo que em muitos casos o trabalho represado já tenha sido executado.

Os que se revoltam contra essa prática tornam-se alvos prediletos de chefias e juízes. Sofrem com ameaças diretas ou mesmo velada dos assediadores. Os casos mais emblemáticos estão na 3ª vara da Justiça Federal de Guarulhos, do Fórum Pedro Lessa na 8 ª Vara Cível, na atual Vice- Presidência do TRF-3, no Fórum das Execuções Fiscais, no TRT -2 onde os trabalhadores estão colocando os trabalhos em dia. Como o processo de compensação é por hora a administração não reconhece o esforço dos servidores. Para dar um basta nessa situação o nosso jornal passará a denunciar os assediadores.

Devido à necessidade da construção da greve para lutar pela reposição salarial e valorização do serviço público, as administrações vêem potencializando o assedio moral contra diretores de base e ativistas, numa demonstração clara de perseguição. Outra forma de assediar o trabalhador é sobrecarregá-lo de trabalho ou o impedir de realizá-lo. Isso acontece com a negação de informações, o desvio de função ou a retirada do material necessário à execução da tarefa, ou seja, impedindo o trabalho.

Crise econômica potencializa o assédio

Diante da crise econômica, é preciso entender que são os trabalhadores, sejam do setor público ou privado, que pagam a conta da política de ajustes. A prática mais comum é o aumento da exploração do trabalho. As jornadas ficam mais exaustivas e o trabalho mais intenso. Uma forma de pressionar é atribuir ao trabalhador a responsabilidade pela morosidade do Judiciário. Como se o atraso histórico da justiça fosse culpa da categoria e da forma como executa a tarefa

Quem trabalha 14 horas por dia acaba abandonando a família, os filhos e os estudos. Uma pessoa só faz isso por que acaba atribuir a si próprio a responsabilidade por demandas que não são suas. Ao fazer isso, o trabalhador acaba permitindo que as chefias o façam trabalhar até a exaustão e até mesmo a morte. Se o Judiciário não funciona, a responsabilidade não é do trabalhador.

ENTENDA O QUE É ASSÉDIO MORAL

Quando surgiu?

O assédio moral ou a violência moral no trabalho não é um fenômeno novo. Pode-se dizer que ele é tão antigo quanto o trabalho. A novidade reside na intensificação, gravidade, amplitude e do fenômeno.

O que é?

É quando o assediador expõe o trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas, sistemáticas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções.

Desestabiliza a vítima e sua própria relação com o ambiente de trabalho, muitas vezes levando o trabalhador ao adoecimento, com doenças como depressão, ansiedade, mudança brusca de peso, isolamento, perda da libido, problemas mentais, problemas cardíacos e tantas outras doenças. Há casos em que o assédio, de tanta pressão, leva a vítima ao suicídio.

A exigência de que se façam horários fora da jornada em limites desumanos (o que, inclusive, já causou vários graves problemas de saúde. No TRF-3 houve o caso uma trabalhadora atropelada em frente ao tribunal ao sair do trabalho às 4 horas da manhã, que acabou falecendo.

Quem é a vítima?

O mais comum é que a vítima seja a pessoa que hierarquicamente está subordinada ao assediador. A vítima escolhida é isolada do grupo sem explicações, passando a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada, culpabilizada e desacreditada diante dos pares. Estes, por medo do desemprego, de serem também humilhados e investigados pela "competitividade", rompem os laços afetivos com a vítima. É o pacto da tolerância e do silêncio.

Quem é o agente?

É mais comum que seja praticado pelas chefias que utiliza o abuso de poder e a manipulação com a intenção de causar sofrimento e danos à vítima. O assédio moral também é um instrumento de controle e disciplina sobre os comandados. Serve também para "alertar" aos demais.

Mesmo sendo mais comum que seja praticado pelas chefias, há também o assédio horizontal, quando colegas passam a repetir os ataques das chefias assediadoras.

Formas de assédio utilizadas pelos assediadores:

Não repassar nenhum trabalho ao funcionário, prejudicando as avaliações, dar um prazo muito curto para uma tarefa complexa, exigir tarefas incompatíveis com as habilidades/formação da pessoa, dar ordens confusas e sem precisão ou, ainda, exigir tarefas inúteis, estabelecer regras de trabalho diferentes das que funcionam para outras, colocar a pessoa isolada das demais; recusar-se a falar com a pessoa, só se comunicando por mensagens eletrônicas ou bilhetes, fazer ameaças ou intimidações, colocar à disposição, retirar gratificações com argumentos subjetivos, entre outras.

ENTREVISTA - Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal e coordenadora da Auditoria da Dívida

Brasil cresce pouco e mal, afirma auditora fiscal

Fattorelli diz que modelo de crescimento do país, que gerou o PIB pífio de 2011, beneficia a elite de sempre, desindustrializa a economia e impede os tão necessários investimentos em serviços públicos

Por Hélcio Duarte Filho e Juliana Silva

O fraco crescimento da economia em 2011 (2,7%), que chama de pífio, não surpreendeu a auditora da Receita Federal Maria Lúcia Fattorelli, que coordena a Auditoria da Dívida Cidadã do Jubileu Sul, organização que realiza estudos críticos com relação à política de juros de sucessivos governos brasileiros.

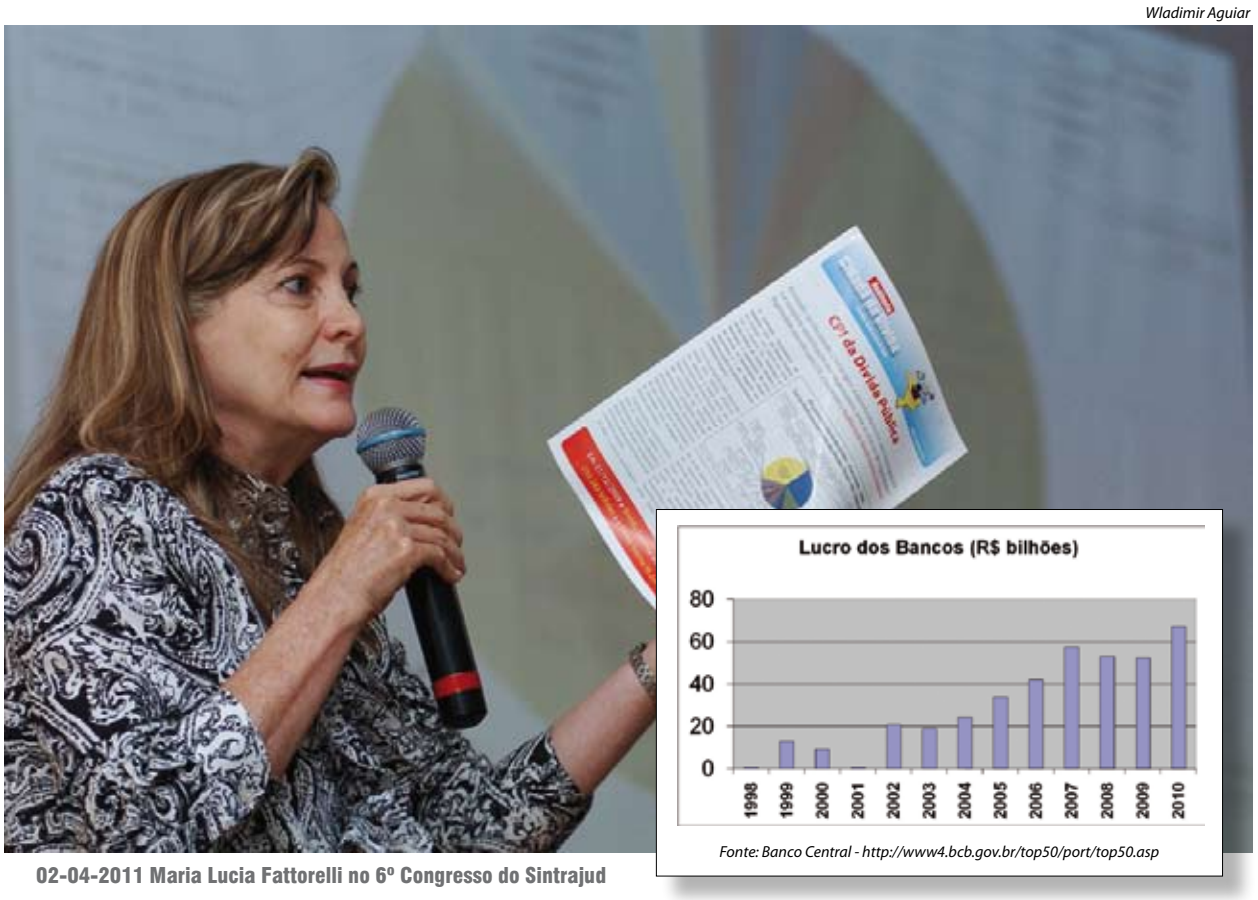
Para ela, isso já era esperado e deve-se não à crise econômica que atinge a Europa, mas a uma política interna que transforma o país "num cassino", desindustrializa a economia, destina quase a metade do orçamento para pagar dívidas públicas e impede os investimentos tão necessários em serviços públicos como transporte, educação e saúde – além de deixar os servidores sem aumento.

O pior: além de crescer pouco, o país cresceu mal: o aumento do Produto Interno Bruto no ano passado foi concentrado no agronegócio e na produção de commodities demandadas pelo mercado externo, receita que transformou o Brasil no campeão mundial de consumo de agrotóxicos, com inevitáveis consequências para o meio ambiente. A seguir, trechos da entrevista com Fattorelli, cuja íntegra está disponível no site do sindicato (www.sintrajud.org.br).

Como recebeu a notícia do baixo crescimento do PIB de 2011? A crise econômica europeia explica esse baixo desempenho?

O baixo crescimento do PIB brasileiro - de apenas 2,7% - deixa o Brasil na lanterna entre os países do Bric, já que o crescimento da Rússia foi de 4,1%, da Índia de 7,4% e da China de 9,2%. Comparativamente a países da América Latina o Brasil também teve crescimento pífio, tendo em vista que o PIB da Argentina cresceu 6%, do Equador 5,8% e do Paraguai 6,4%.

Wladimir Aguiar



Fonte: Banco Central - http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp

02-04-2011 Maria Lucia Fattorelli no 6º Congresso do Sintrajud

Já era esperado tal comportamento do PIB brasileiro, tendo em vista o processo de desindustrialização que estamos sofrendo, bem como a ausência de investimentos públicos efetivos, apesar da imensa necessidade por investimentos em todas as áreas, especialmente em transportes públicos, saneamento básico, ciência e tecnologia, estabelecimentos de saúde e educação.

Esse paradoxo decorre da extrema destinação de recursos para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública – que atingiu 44,05% dos recursos do Orçamento da União executado em 2011 – em detrimento da destinação de recursos para todas as demais áreas.

Veja gráfico no detalhe da foto.

Não basta compararmos o percentual de crescimento do PIB, mas temos que questionar em que setor esse crescimento se verificou. No caso do Brasil, esse crescimento se concentrou no agronegócio; setor permeado por grandes empresas transnacionais instaladas em latifúndios cada vez mais extensos, consumindo verdadeiros mananciais de água e toneladas de agrotóxicos, produzindo commodities demandadas pelo mercado externo, principalmente a soja. O crescimento do PIB decorrente dessa atividade não favorece o país, que fica com os danos ambientais decorrentes da contaminação (o Brasil já é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, com riscos incalculáveis para a natureza), o acirramento da concentração de terras e o consumo excessivo de água que falta às famílias de brasileiros. Enquanto isso, o lucro do agronegócio fica para as transnacionais que vendem sua produção ao exterior, onde ficam os elevados lucros, decorrentes especialmente da especulação financeira no mercado de commodities.

A indústria nacional não contribuiu para o crescimento do PIB; pelo contrário, se encontra em franco processo de encolhimento, vítima da enxurrada de produtos importados baratos que inundam o mercado brasileiro, devido à forte valorização do real frente ao dólar. Essa desvalorização tem raízes externas, porém é agravada pela política monetária em prática no Brasil. A própria presidenta Dilma se queixou do tsunami de dólares que está ingressando diariamente no Brasil. Pois é justamente a política monetária que combina a ausência de controle de capitais com o questionável controle da inflação calcado em elevadas taxas de juros e enxugamento da base monetária (mediante a troca de dólares por títulos da dívida pública pelo Banco Central nas operações de mercado aberto) que tornam o Brasil um verdadeiro cassino com drásticas consequências: explosão da dívida pública e comprometimento da indústria nacional. Portanto, não é a crise internacional que está comprometendo o crescimento do país, mas sim a própria política econômica aqui aplicada. Esse modelo precisa ser revisto urgentemente.

Por que os formadores de opinião e agentes do mercado financeiro "comemoram" o corte do orçamento da União? A política de arrocho fiscal e juros elevados beneficia a quem?

Quando o governo anuncia esses cortes recordes nos gastos sociais para garantir recursos ao pagamento dos juros emite contundente sinalização de que continuará com a política atual, mantendo os privilégios para o pagamento da dívida. O setor que lucra com esse modelo é o setor financeiro, que tem elevado seus lucros de forma crescente, enquanto os trabalhadores permanecem na penúria, conforme demonstra o gráfico a acima.

A recente CPI da Dívida Pública denunciou que os detentores de quase todos os títulos da dívida pública brasileira estão no setor financeiro. Esse setor não precisa fazer greve, pois detém inúmeros privilégios "legais", que lhes garante atualização monetária automática generosamente calculada por índice superior à inflação oficial, sobre a qual ainda se multiplicam os altos juros reais, além de benesses tributárias e muitos outros privilégios, garantindo-lhes lucros crescentes, conforme demonstrado no gráfico acima.

Apesar do cenário econômico, o governo segue arrecadando mais e gastando menos. Há justificativa para não conceder a reposição salarial do funcionalismo público?

A questão primordial é: gastando menos com quem? Os dados evidenciam que está gastando menos com as áreas sociais, porém gastando cada vez mais com o pagamento de juros e amortizações da dívida. Apesar disso, a dívida não para de crescer. Não há justificativa para negar os reajustes devidos aos funcionários públicos, ou negar melhores reajustes ao salário mínimo ou aos benefícios dos aposentados do regime geral, especialmente porque são justamente esses que arcam com a elevada carga tributária e não recebem o devido retorno em serviços públicos de saúde, educação, segurança, saneamento, transporte, etc. O Brasil é de fato uma potência. Recursos existem, a questão é a opção para sua destinação.

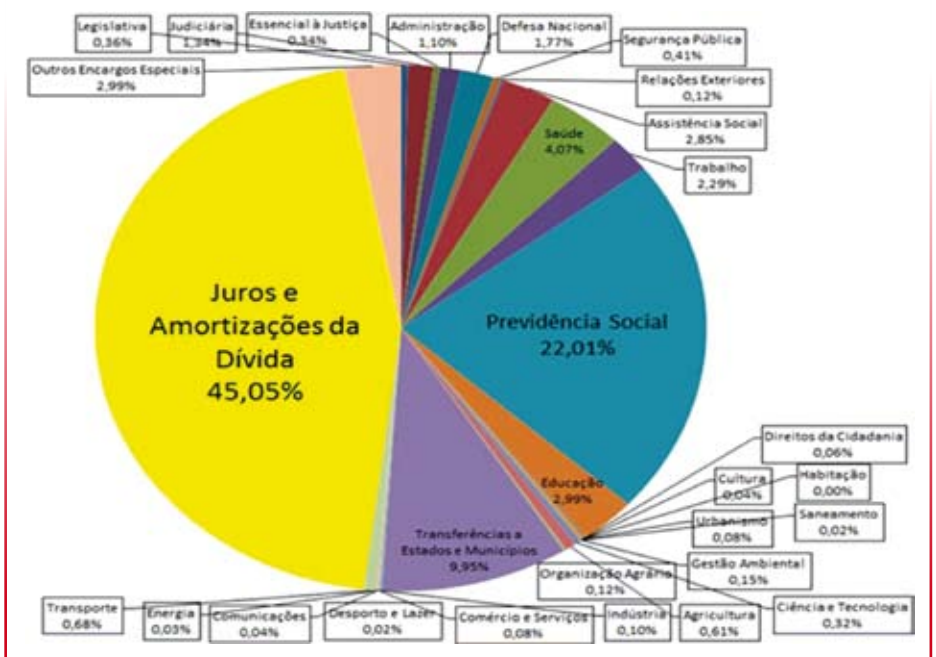
Recursos estão sobrando para o setor financeiro. Ao mesmo tempo, direitos humanos são aviltados, transformando o Brasil em um dos países mais injustos do mundo. As privatizações continuam a todo vapor. [ver "A Privataria do PT", em www.divida-auditoriacidada.org.br). Os servidores públicos têm sido continuamente prejudicados com a negativa de reajustes salariais, condições de trabalho aviltantes, direitos trabalhistas usurpados, previdência pública sendo privatizada e transformada em fundos de pensão justamente quando estes estão quebrando no mundo todo.

Em recente plenária da categoria, o funcionalismo público federal decidiu intensificar o uso dos dados da Auditoria da Dívida como argumentos políticos que tentam desmentir o discurso oficial quanto aos gastos públicos. O que você diria para os servidores públicos, que iniciam uma campanha salarial pelo fim do congelamento?

Digo que é preciso lutar conjuntamente e perceber que o modelo econômico atual favorece a uma minoria localizada no setor financeiro e grandes transnacionais e prejudica toda a classe trabalhadora; prejudica a sociedade como um todo e ameaça o meio ambiente. É preciso olhar para o resto do mundo, pois essa comparação evidencia o modus operandi desse modelo econômico, bem como o papel que a dívida pública exerce, funcionando como um mecanismo que ao invés de aportar recursos ao Estado, sangra esses recursos e os remete para aquela mesma minoria privilegiada que domina a grande mídia, o sistema político por meio do financiamento de campanhas, e a corrupção – ingrediente intrínseco ao modelo capitalista injusto que produz miséria e exclusão.

Acredito no movimento organizado e consciente. Por isso nos dedicamos, na Auditoria Cidadã da Dívida, ao levantamento de informações e dados úteis para empoderar a classe trabalhadora. Acredito que ao defender conjuntamente todas as pautas dos trabalhadores - do setor público e privado; aposentados, ativos, pensionistas, e também dos desempregados e subempregados - de forma unida, atacando com fortes argumentos o modelo que nos destrói, estaremos criando as bases para uma sociedade mais justa e igualitária. Somos a maioria e devemos nos unir para atuar de forma mais contundente em favor dessa outra realidade que defendemos.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO | Executado em 2011 | Total: R$ 1,571 trilhão



Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE. Nota: Inclui o "refinanciamento" ou "rolagem". Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida